

Da hegemonia norte-americana à ascensão chinesa: a economia brasileira numa ordem global em transição

From north american hegemony to chinese rise: the brazilian economy in a global order in transition

De la hegemonía norteamericana a la ascensión china: la economía brasileña en un orden global en transición

Glauber Lopes Xavier

Pós-Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Estadual de Goiás – UEG.
glauber.xavier@ueg.br / <http://orcid.org/0000-0002-7905-4962>

Recebido: 31/08/2022; Aceito: 18/03/2023; Publicado: 24/03/2025.

Resumo

Propõe-se uma discussão sobre o papel ocupado pela economia brasileira na economia política do sistema mundo a partir de uma ordem global em transição. Esta ordem em transição consiste no arrefecimento do poder global norte-americano observado nas últimas décadas e, por outro lado, no expressivo crescimento econômico da China e o espraiamento territorial de seus investimentos e de seu comércio. Consiste em problematizar o modelo econômico vigente no Brasil, também denominado padrão de acumulação, calcado na expansão da produção de produtos primários e na sua nítida dependência em relação à pauta de exportações.

Palavras-chave: Geopolítica; Política Internacional; Sistema mundial.

Abstract

This paper discusses the role of the Brazilian economy in the political economy of the world system from the perspective of a global order in transition. This order in transition consists of the cooling of the North American global power observed in the last decades and, on the other hand, the expressive economic growth of China and the territorial expansion of its investments and trade. It consists in questioning the economic model in force in Brazil, also known as the accumulation pattern, based on the expansion of the production of primary products and its clear dependence on exports.

Keywords: Geopolitics; International Politics; World System.

Resumen

Se propone una discusión sobre el papel que juega la economía brasileña en la economía política del sistema mundial a partir de un orden global en transición. Este orden en transición consiste en el enfriamiento del poderío global norteamericano observado en las últimas décadas y, por otro lado, en el expresivo crecimiento económico de China y la expansión territorial de sus inversiones y su comercio. Consiste en cuestionar el modelo económico vigente en Brasil, también llamado patrón

de acumulación, basado en la expansión de la producción de productos primarios y su clara dependencia de la agenda exportadora.

Palabras clave: Geopolítica; Política Internacional; Sistema Mundial.

Introdução

Amiúde se tem discutido sobre a desindustrialização ou reprimarização da economia brasileira nos anos recentes. É certo que houve um aprofundamento da representatividade da produção e comercialização de *commodities*, tais como minérios e produtos agrícolas, na pauta de exportações. Contudo, numa perspectiva mais ampla, a qual deve abarcar o padrão de acumulação que supostamente tem sido engendrado – denominado de *padrão exportador de especialização produtiva* – urge considerar os nexos com o chamado sistema-mundo. Noutros termos, é preciso levar a cabo um esforço de compreensão do padrão de acumulação que vigia/vige internamente a partir do modo pelo qual a economia brasileira acompanhou/a os ditames do mercado mundial.

Assim, entende-se que a partir de meados da década de 1950 instaurou-se no país um modelo de acumulação centrado na produção industrial e, para tanto, interligado ao mercado mundial sob a hegemonia norte-americana. Esse padrão de acumulação visava o aperfeiçoamento da indústria nacional via integração de seus Departamentos (bens de consumo e bens de capital). Para tanto, o capital nacional estreitou seus vínculos com o capital estrangeiro, valendo-se de políticas cambiais favoráveis às importações de máquinas e equipamentos, por exemplo, com o que se buscava a consolidação do modelo de industrialização via substituição de importações e, assim, a superação da chamada industrialização restringida.

O contexto internacional era marcado pela Guerra Fria e, portanto, pela ofensiva norte-americana em face da penetração e disseminação dos ideais comunistas propagados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No plano da economia internacional, o dólar, lastreado em reservas de ouro, tornara-se o padrão monetário do sistema financeiro mundial e instituições/acordos globais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Acordo Geral sobre Tarifas de Comércio, também criadas no bojo do Acordo de Breton Woods, se destinaram a promover o desenvolvimento econômico de nações pobres. Naquela altura, a China era inexpressiva no contexto mundial e atravessava mudanças profundas advindas da Revolução de 1949 sob a liderança de Mao Tsé-Tung e cujos ideais revolucionários havia, em parte, se inspirado na revolução soviética. Esta se colocava em perspectiva diametralmente oposta às democracias liberais e

propugnava a emancipação dos povos do jugo do imperialismo promovido pelas potências ocidentais.

Numa clara inclinação ou alinhamento com os Estados Unidos, o Brasil, sob o poder dos militares, empreendeu um modelo de acumulação cada vez mais dependente dos financiamentos externos, tendo ampliado sobremaneira os investimentos diretos e indiretos em seus mercados. Apesar do prolapado nacionalismo, o país tornou-se o principal alvo dos interesses norte-americanos na América Latina, ocasião na qual tomou fôlego, no âmbito dos debates teóricos, a teoria da dependência. É dela, mais especificamente de sua vertente marxista, que surgiu vigorosa contribuição para os estudos sobre a condição periférica das economias latino-americanas. É importante o registro de que os debates sobre a dependência haviam surgido logo após o término da segunda Guerra Mundial, fomentando, em 1948, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a CEPAL, nos marcos da Organização das Nações Unidas (ONU).

A teoria marxista da dependência, por seu turno, forneceu aportes teórico-metodológicos fundamentais para o estudo do ciclo do capital na economia dependente. Baseando-se na dialética investida na crítica da economia política de Marx, seus teóricos gestaram um pensamento crítico em relação ao estruturalismo subjacente ao método cepalino de análise. Destaque-se a obra de Ruy Mauro Marini, de cujas contribuições valeram-se inúmeros cientistas sociais em toda a América Latina. Ao investigar a dependência por parte das economias latino-americanas, Marini elaborou dois conceitos fundamentais, são eles: o de superexploração e o de subimperialismo.

A considerar o modo pelo qual tem se dado as relações econômicas Brasil-China e mesmo América Latina-China, é forçoso reconhecer a atualidade dos conceitos. Ambos concorrem para a compreensão de que o atual padrão de reprodução do capital que vigora nestes países consiste no padrão exportador de especialização produtiva. Baseado na exploração de recursos naturais e na produção de matérias-primas indispensáveis à acumulação de capital no centro dinâmico da economia-mundo, este padrão tem recrudescido a dependência econômica destes países, mas também e, principalmente, a dependência política quando se considera a redução da autonomia nos processos decisórios acerca das políticas de desenvolvimento de longo prazo.

Parte-se da hipótese de que a ascensão da China no sistema-mundo tem repercutido, na América Latina – em especial no Brasil – no aprofundamento/consolidação de um padrão exportador de especialização produtiva. Tal aprofundamento/consolidação seria resultado de uma acumulação sistêmica que reservou, aos países periféricos, a produção de matérias-primas, mas também alvo de investimentos, dada uma divisão

internacional do trabalho orientada segundo as demandas da economia chinesa. Com efeito, este padrão de reprodução do capital reverbera a condição periférica da economia brasileira, ainda que esta ocupe – na América Latina – uma posição relativamente confortável em relação às demais economias.

A paulatina importância da China no sistema-mundo tem suscitado uma série de questionamentos no âmbito da governança global. Dentre os quais, incluem-se aqueles que dizem respeito aos desdobramentos desse crescente poder econômico e político sobre países periférico e/ou semiperiféricos. Nesses termos, busca-se contribuir para a compreensão do papel ocupado pelo Brasil num sistema-mundo caracterizado pela presença de múltiplos atores e em que medida a influência da China acentua um padrão de reprodução do capital calcado na exportação de produtos primários e de semimanufaturados.

Ademais, espera-se contribuir com estudos voltados eminentemente para as questões político-territoriais do Brasil contemporâneo e mesmo da América Latina, dado que o *padrão exportador de especialização produtiva*, na medida em que sustentado em parte pela exploração de recursos agrícolas e minerais, tem promovido toda sorte de impactos territoriais e nas sociedades que, neles, vivem. Numa sociedade econômica, tecnológica e socialmente cada vez mais integrada, é primordial explorar suas interconexões, bem como as assimetrias e os conflitos que dela se desdobram. Na problemática em causa, este exercício consiste em verificar em que medida as interconexões econômicas entre a China e o Brasil, consideravelmente aprofundadas nas duas últimas décadas, tem corroborado para o recrudescimento da dependência.

Teoricamente, faremos o cotejamento de duas grandes concepções erigidas no âmbito da Economia Política Internacional: a teoria da dependência, mormente a de extração marxista e a teoria do sistema-mundo, sendo aquela orientada à compreensão da condição de dependência por parte das economias consideradas “atrasadas” ou periféricas e está engendrada com base nos ciclos de longa duração a fim de apreender o movimento sistêmico da acumulação de capital. A teoria marxista da dependência será explorada com base, principalmente, nas obras de André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotonio Dos Santos; A teoria do sistema-mundo de igual maneira com base na obra de Theotonio Dos Santos, mas, também, a partir da obra de dois de seus principais estudiosos: Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi.

A economia brasileira sob a hegemonia norte-americana

Tendo por principal contribuição a obra do historiador francês Fernand Braudel (2009), a teoria do sistema-mundo trata-se de uma abordagem assaz original sobre os ciclos de acumulação de capital. Forjada com base nos processos econômicos históricos, a longa duração e as ondas largas de Kondratieff (2014), esta teoria se apresenta em certa medida como uma continuidade da teoria da dependência. Por meio dela, o capitalismo pode ser compreendido como um modo de produção dinâmico do ponto de vista geográfico e cujo “sucesso” advém, ademais de outras causas, das relações de poder que garantiram a emergência do moderno sistema de estados-nacionais (Wallerstein, 2001).

Embora Arrighi não proceda uma análise dos ciclos sistêmicos de acumulação a partir dos ciclos de expansão e de baixa de Kondratieff, ele comunga da perspectiva da longa duração, crucial nas análises do capitalismo histórico de Wallerstein. Para ambos, o sistema-mundo capitalista teve seu início na Europa por volta do século XV, tese com a qual André Gunder Frank, outro importante teórico da chamada teoria do sistema-mundo, não estava de acordo. Este concebeu não exatamente um sistema-mundo capitalista cuja gênese tenha se dado em território europeu um pouco antes um pouco depois do século XV, mas um sistema mundial, originado já nas antigas civilizações da humanidade e suas várias formas de acumulação anteriores ao capitalismo. Para Gunder Frank, a perspectiva distorcida de Wallerstein seria resultado do eurocentrismo que marca o seu pensamento, de sorte que mesmo os sistemas políticos do mundo antigo já contavam com elementos do chamado capitalismo moderno.

Contudo, todos os elementos (proto)capitalistas (capital, dinheiro, lucros, comerciantes, trabalho assalariado, empreendedorismo, investimentos, tecnologia, etc.) citados por Wallerstein e também aqueles que ele resumiu em relação ao sistema-mundo capitalista moderno (acumulação de capital, centro-periferia, hegemonia, sistema interestatal, ciclos, racismo, sexismo, movimentos sociais e todos os outros) caracterizaram também a economia e o sistema político do mundo antigo e mesmo arcaico. Basta recordar exemplos bem conhecidos dos ocidentais: Roma, China (grandes canais e muros), Egito e Mesopotâmia (sistemas de irrigação e monumentos)¹ (Frank, 1990, p. 11, *tradução nossa*).

Em resposta a André Gunder Frank, Wallerstein (1990, 33, *tradução nossa*) afirmou que: “O meu sistema-mundo não é um sistema no mundo ou do mundo. É um sistema que

¹ Do original: Toutefois, l'ensemble des éléments (proto)capitalistes (capital, argent, profits, marchands, travail salarié, esprit d'entrepreneur, investissements, technologie, etc.) cités par Wallerstein et aussi ceux qu'il a résumés à propos du système-monde capitaliste moderne (accumulation du capital, centre-périphérie, hégémonie, système interétatique, cycles, racisme, sexisme, mouvements sociaux et tous les autres) caractérisaient également l'économie et le système politique du monde antique et même archaïque. Il suffit de rappeler des exemples que connaissent bien les occidentaux: Rome, Chine (grands canaux et mur), Égypte et Mésopotamie (systèmes d'irrigation et monuments).

é um mundo”². Com esta resposta, o sociólogo americano elucidou que seu sistema teórico não se limitava-se ao estudo de vários sistemas-mundos em seus particularismos, mas realidades constitutivas da história e que assumiu, na Europa - com a emergência do modo de produção capitalista - uma excepcionalidade. Assim, e ainda contrapondo a sua perspectiva à de Frank, asseverou que: “Frank não pode conceber sistemas mundiais multiplex coexistentes na terra. Afirmo que, até ao século XIX, tem sido sempre assim”³. (Wallerstein, 1990, p. 33, *tradução nossa*).

Embora o debate travado entre André Gunder Frank e Immanuel Wallerstein mereça ser estudado em seus pormenores, entende-se que as abordagens em causa não são excludentes. É possível conceber um sistema atualmente mundial, segundo a orientação do primeiro, no qual coexistem e se justapõem distintas temporalidades históricas, conforme argumenta o segundo. Epistemologicamente, as duas contribuições compartilham dos mesmos fundamentos, ainda que tenham sido edificadas com base em categorias analíticas distintas. Ambas compreendem a dialética subjacente aos fenômenos históricos e a centralidade ocupada pelo aspecto material. Compartilham, ainda, da noção de que o conhecimento não pode ser erigido da reunião de disciplinas isoladas, mas ele se desdobra do movimento da totalidade dos processos históricos. Sobre isto, as palavras de Wallerstein são esclarecedoras.

Antropologia, economia, ciência política, sociologia - e história - são categorias enraizadas numa certa concepção liberal do Estado e da sua relação com os sectores funcionais e geográficos da ordem social. Mantém algum significado limitado para um estudo centrado nas organizações; não têm nenhum para um estudo centrado no sistema social. Defendo uma abordagem unidisciplinar em vez de multidisciplinar do estudo dos sistemas sociais⁴ (Wallerstein, 1984, pp. 17-18, *tradução nossa*).

Afora as divergências, os três principais nomes da teoria do sistema-mundo construíram suas teses tendo por base os processos históricos de longa duração e, assim, a natureza histórica do modo de produção capitalista, seus movimentos cíclicos, seus ascensos e suas crises. Giovanni Arrighi (1996) por sua vez apontou as cidades-Estados da Itália setentrional (Gênova, Florença, Milão e Veneza) enquanto o modelo *par excelência* de cidades comerciais bem-sucedidas. Graças a estas cidades, foi edificado, na transição do

² Do original: Mon système-monde n'est pas un système dans le monde ou du monde. C'est un système qui est un monde.

³ Do original: Frank ne peut concevoir de multiplex systèmes-mondes qui coexistent sur la terre. Pourtant, je pretends que, jusqu'au XIXe siècle, il en a toujours été ainsi.

⁴ Do original: Anthropologie, économie, science politique, sociologie – et histoire – sont des catégories ancrées dans une certaine conception libérale de l'État et de ses relations avec les secteurs fonctionnels et géographiques de l'ordre social. Elles gardent une certaine signification limitée pour une étude centrée sur les organisations; elles n'en ont aucune pour une étude axée sur le système social. Je revendique, pour l'étude des systèmes sociaux, une approche non pas pluridisciplinaire mais unidisciplinaire.

século XIII para o século XIV, um próspero mercado interligando diversos territórios, se estendendo da Inglaterra até a China, dando origem a uma burguesia mercantil e financeira sem precedentes.

Estas cidades configuraram, ainda, a primeira experiência de equilíbrio de poder, a qual colocou Veneza numa posição de centralidade e garantiu que esta tenha sido o “verdadeiro protótipo do Estado capitalista” (Arrighi, 1996, p. 37). Não obstante a relevância histórica de Veneza e de Florença, foi Gênova, contudo, a cidade-estado que, em arranjo com os interesses territorialistas do reino espanhol, mais êxito obteve na sustentação da acumulação comercial. Na esteira da perspectiva do sistema-mundo, a ascensão da Holanda no século XVII, então Províncias Unidas, assentada no poder das finanças, sucedeu a hegemonia genovesa e promoveu o firmamento de um sistema político e econômico em que os propósitos comerciais se coadunaram, em termos mundiais, àqueles relacionados às empreitadas territorialistas garantidas por meio das colonizações.

Impossibilitada de competir com o crescente poder econômico e político da Inglaterra, cuja conquista dos mares e a estratégia territorialista se apresentavam bastante exitosas, a efêmera hegemonia holandesa - paradoxalmente imprescindível aos propósitos ingleses em virtude dos financiamentos que proporcionava - foi seguida por um dos períodos de maiores transformações em termos mundiais. A ascensão da Inglaterra foi produto de um conjunto de condições gestadas desde o período elisabetano (1558-1603), notadamente a estabilização da libra e a criação da Real Bolsa de Valores, medidas cruciais para o progresso de seu comércio, as quais “marcaram o início do nacionalismo nas altas finanças” (Arrighi, 1996, p. 195). Em outras palavras, “[...] a reafirmação e a consolidação da tradição da moeda forte criada por Elisabeth mantiveram o capital excedente inglês investido na dívida pública do país e, além disso, atraíram capital holandês nos momentos mais decisivos da luta interestatal pelo poder” (Arrighi, 1996, p. 215).

Importa, por ora, considerar que a hegemonia inglesa no âmbito do sistema-mundo será crucial para os rumos da economia brasileira. Em face de seu poder, a Inglaterra perpetrará ao longo da segunda metade do século XVIII toda sorte de mecanismos a fim de assegurar seus interesses comerciais. Por meio do Tratado de Methuen (1703), por exemplo, ela garantiu preeminente posição no acesso ao ouro e ao diamante extraídos em solo brasileiro e em 1785 foi assinado o famigerado alvará que proibiu o desenvolvimento de manufaturas têxteis na então colônia portuguesa.

Os vínculos de dependência de Portugal em relação à Inglaterra remetem às ameaças holandesas de ocupação de suas possessões coloniais, mas também ao processo de independência do domínio espanhol. Segundo Arrighi (1996, p. 203), a proteção dada pelos

ingleses fez de Portugal um “*protetorado britânico de facto*”. Mesmo após sua independência, dada a divisão internacional do trabalho, o Brasil permaneceu economicamente subordinado ao poder britânico, de cuja hegemonia resultou praticamente um século de paz no sistema mundial.

Tendo se tornado a fábrica do mundo, epicentro da acumulação de capital, a Inglaterra propagou *urbi et orbi* não apenas o seu modelo de civilização comercial, mas também um sistema monetário ancorado no padrão ouro. Suas práticas e suas ideias eclipsaram apenas com no limiar do século XX, tendo sido decisivos os eventos que transcorreram após a Primeira Guerra Mundial. Tais condições fizeram emergir um novo ciclo de acumulação sistêmico, o norte-americano, cujo caráter inicialmente intensivo (voltado para dentro de seu próprio território) configurou um terreno pouco favorável à continuidade do modelo primário exportador inerente às economias periféricas. O contexto beligerante entre 1914 e 1945 e a crise econômica de proporções mundiais a partir de 1929 levaram à queda dos preços internacionais, restando como alternativa a industrialização daqueles países com alta dependência das exportações de bens com baixa elasticidade-renda, como era o caso do café.

Com efeito, teve início em alguns países latino-americanos, sobretudo no Brasil, um processo de industrialização calcado na substituição de importações. Com as reduções nas exportações agrícolas, principalmente do café, também houve um declínio das importações. A partir de 1930, num período da vida política nacional que ficou conhecido como varguismo, foram lançadas as bases daquilo que se tornaria, em cinco décadas, uma importante cadeia industrial abrangendo desde a produção de bens de consumo não duráveis até os chamados bens de capital ou a indústria pesada. Com a paulatina industrialização, houve significativa mudança na pauta de bens importados, sendo que o Estado ocupou uma posição central seja por meio de políticas cambiais seja pela própria participação por meio da empresa estatal e/ou a infraestrutura promovida pelo setor público.

O processo de industrialização via substituição de importações guardou enorme complexidade e para o seu êxito demandou, a despeito das dificuldades políticas, uma relativamente bem-sucedida experiência de planejamento levada a cabo a partir do Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek (1956-1960). No Plano externo a década de 1950 foi marcada pelo projeto norte-americano de confrontação à União Soviética, fomentando a chamada Guerra Fria. Em 1947 os Estados Unidos haviam lançado a chamada Doutrina Truman por meio da qual decidiu-se apoiar países em crise e que poderiam ser palco de revoluções comunistas. Foi na esteira da Doutrina Truman que os Estados Unidos

empreenderam em 1948 o Plano Marshall, por meio do qual colaboraram na reconstrução dos Estados nacionais europeus no pós-segunda Guerra Mundial, bem como aprovaram, em 1949, a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN.

Tais iniciativas, somadas a várias outras de igual importância, como a criação da Organização das Nações Unidas em 1945 e os Acordos de Bretton Woods em 1944 selaram o protagonismo norte-americano no plano político e econômico mundial. Emergia naquela conjuntura uma incontestável hegemonia, fragilizada apenas com a guerra do Vietnã e a crise do dólar no início da década de 1970. Essa hegemonia, como aponta Arrighi, configurou um sistema de dominação político e econômico sem precedentes na história, o qual, ao se assentar no plano das finanças internacionais e no poder das empresas multinacionais implicou numa relação Estado-capital bastante complexa.

Esta constatação levou Arrighi a afirmar que a dificuldade em compreender o poder para além dos limites territoriais dos Estados resulta da pouca importância conferida aos fluxos de capital que sustentam a acumulação em termos globais. É inegável que a mundialização das finanças, ocorrida nas décadas recentes, tornou ainda mais complexas as relações interestatais de poder. O esgotamento do processo de industrialização levado a efeito no Brasil foi acompanhado por um processo de endividamento externo que, por sua vez, estabeleceu novos vínculos de dependência. A década de 1980, não por acaso denominada década perdida, foi marcada por uma brutal transferência de valor das economias latino-americanas como forma de pagamento de suas dívidas.

Durante os anos 1980 teve início um processo de desnacionalização das economias latino-americanas, o qual se deu *pari passu* a crescente internacionalização do capital (Boron, 2002). No Brasil, esse processo teve seu arranque no decurso da década de 1990, inicialmente por meio da abertura comercial promovida pelo governo Collor e após 1994 com as reformas e as privatizações conduzidas durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Houve, no período, uma crescente desindustrialização nos países latino-americanos. “O peso do setor industrial no produto latino-americano baixou de 12,7% (1970-1974) a 6,4% (2002-2006)” (Katz, 2020, p. 317).

No caso do Brasil, esse processo de desindustrialização se deu como decorrência do esgotamento das condições de financiamento da indústria nacional, crise no Balanço de Pagamentos e altos níveis inflacionários. O endividamento externo brasileiro atingiu patamares insustentáveis, de sorte que o governo chegou a declarar moratória em 1987, cinco anos após a moratória do México. A América Latina se tornou refém das políticas do Fundo Monetário Internacional e, com isto, passou a transferir altas e crescentes cifras como pagamento dos serviços da dívida. Entrementes, no plano global os Estados Unidos

se fortaleciam militarmente e a Rússia, então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, atravessava uma grave crise que levaria ao seu colapso em 1991.

A década seguinte seria marcada pela hegemonia norte-americana. Os Estados Unidos haviam se tornado a única potência bélica e financeira dominante, detentora de um incontestável raio de influência sobre todo o globo. Durante a década de 1990, não por acaso denominada por Stiglitz (2003) como “anos exuberantes”, os EUA expandiram suas finanças em proporções vertiginosas, fazendo valer a “exuberante irracionalidade do mercado”. Na América Latina, a situação econômica e social se tornava cada vez mais grave. A desregulamentação dos mercados, a liberalização comercial e financeira, as privatizações e a adoção de políticas macroeconômicas ortodoxas levaram ao aumento do desemprego e da pobreza.

A adoção das políticas apregoadas pelo Fundo Monetário Internacional, na esteira do chamado Consenso de Washington, resultou num grave drama social. A globalização neoliberal aprofundou a desigualdade de renda, os níveis de pobreza e de miséria nos países latino-americanos, ao passo que repercutiu em crescimento econômico e acentuou o poder norte-americano. Nesse sentido é que “[...] a globalização neoliberal deve ser reconhecida como um novo estágio imperialista do desenvolvimento capitalista, no qual o imperialismo é definido por sua essência econômica [...]” (Smith, 2020, p. 35). Foram os resultados nefastos dessa globalização neoliberal que conduziu à ascensão de forças de esquerda na América Latina.

Ainda que tais forças tenham sido golpeadas por grupos políticos de direita e, em muitos casos, com a anuência do governo norte-americano, elas foram capazes de imprimir reformas sociais inclusivas e distributivas fundamentais para a redução da pobreza. Ao contrário do governo venezuelano que, após a morte de Hugo Chávez, tem resistido às duras ofensivas perpetradas por grupos de opositores, em países como o Brasil e a Bolívia foram levados a cabo processos golpistas que derrubaram a presidente Dilma Rousseff e impediram a posse de Evo Morales para mais um mandato, respectivamente.

Há que se considerar, contudo, que desde a ascensão destes governos até o momento atual houve significativa mudança no plano global. O rápido crescimento chinês e a retomada do poder russo têm movimentado o tabuleiro geopolítico, e nenhum lugar do globo tem permanecido incólume a essas transformações. O arrefecimento do poder norte-americano pode ser retratado, segundo Fiori (2020), com base na nova estratégia de segurança nacional, por meio da qual os Estados Unidos estariam abandonando o seu velho “cosmopolitismo liberal”. Segundo Merino (2020, p. 141): “A atual transição histórico-espacial do sistema mundial se manifesta, entre outros modos como uma crise

capitalista estrutural e uma crise da hegemonia estadunidense e da ordem mundial construída pelo polo de poder anglo-americano”.

A crise da hegemonia americana começou a dar sinais no início do século XXI. Ela pode ser explicada tanto por aspectos econômicos, como o colapso do sistema financeiro e bancário norte-americano em 2008, descortinando o risco e a vulnerabilidade da finança mundializada, quanto por aspectos geopolíticos, como as guerras de combate ao terrorismo e principalmente a guerra do Iraque. Em relação à invasão do território iraquiano, ocorrida em 2003, os EUA não obtiveram apoio da Organização das Nações Unidas e para a promoção da guerra lançaram mão de um expediente bastante criticado, conhecido como “guerra preventiva”, conduzida nos marcos da doutrina Bush.

Após a grave debacle econômica de 2008, a China continuou obtendo sucessivas taxas de crescimento de seu produto. A expressiva expansão da economia chinesa não encontra precedentes históricos. Se em 1990 a China respondia por apenas 4% do PIB mundial, em 2018 esse percentual foi de 18,7%, superando a participação dos EUA, que foi de 15,1% (World Bank, 2021). O acelerado crescimento econômico, a importância de seus negócios em várias partes do globo, bem como o fortalecimento de seu poder bélico e a criação de diversas instituições multilaterais envolvendo países africanos, latino-americanos, europeus e os seus próprios vizinhos asiáticos têm garantido uma posição central à China no âmbito da geopolítica mundial. Não é exagero o reconhecimento de que está em curso uma reordenação do sistema-mundial e que esta reordenação tem implicado em alterações na economia brasileira.

Será a China a quarta hegemonia do capitalismo histórico? E como fica o Brasil?

Nos países latino-americanos, pelas próprias condições internas (moedas fracas, aparato tecnológico obsoleto, abundância de mão-de-obra, considerável dotação de recursos naturais, frágil institucionalidade em matéria de legislação trabalhista e outros direitos sociais), a reprodução do capital permite um ciclo de acumulação cuja composição do valor se dá em alguns casos mediante a superexploração da força de trabalho (Marini, 2012; Patnaik, 2020). Conforme aponta Marini, nestas economias os médios empresários, incapazes de travar concorrência com os grandes, acabam sendo aniquilados. Tal processo permite que os primeiros possam auferir lucros extraordinários, conduzindo as economias a uma monopolização precoce.

Em *O Capital*, Marx já havia se dado conta da possibilidade do fenômeno da superexploração sem, no entanto, denominá-lo e tomá-lo como pressuposto de sua análise. Ele ocorreria quando o salário fosse inferior ao valor da força de trabalho. Nestas circunstâncias, “o trabalho excedente estaria aí prolongado com a violação de seus limites normais, usurpando parte do tempo de trabalho necessário” (Marx, 2006, 365). Não cabe qualquer indagação da relação vantajosa, exatamente por ser absolutamente desigual, entre as economias periféricas e as economias centrais ou, adotando uma terminologia talvez mais apropriada, entre as economias periféricas e o atual centro hegemônico da economia mundial; neste caso, a China.

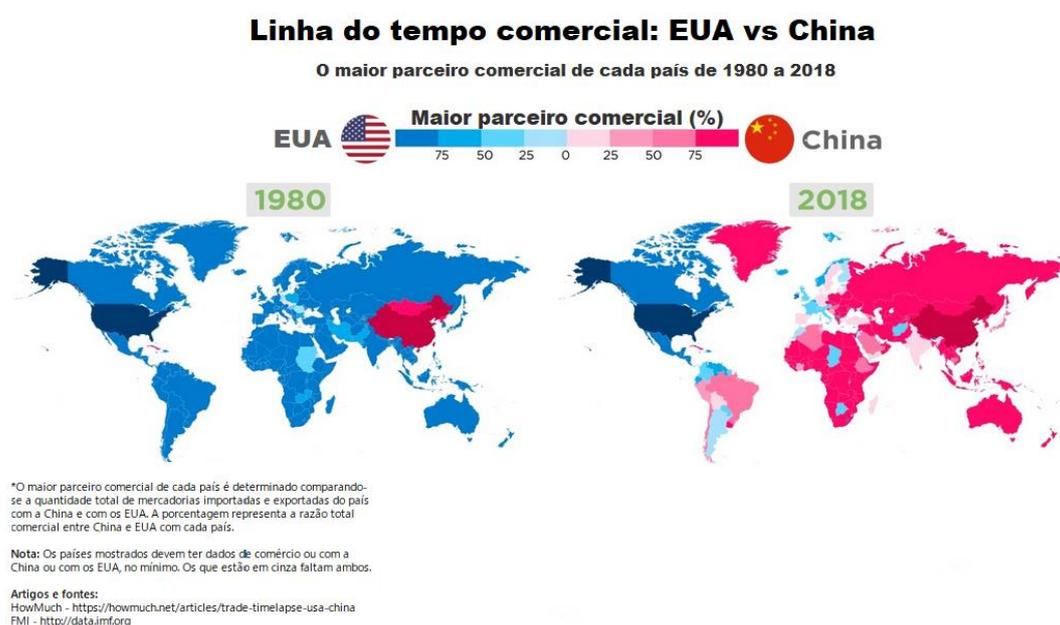
A questão comercial consiste no núcleo da problemática da economia política contemporânea e, a bem dizer, de todas as épocas. Mas não o comércio pelo comércio, senão as interligações que ele possui com a esfera da acumulação financeira e, também, dos movimentos dos capitais na forma de investimentos externos, de investimentos produtivos, de aquisição de ativos e de outras riquezas territoriais. A espoliação dos camponeses de suas terras, os processos de acumulação primitiva ocorridos nas economias periféricas não por acaso configuram uma das formas, provavelmente a mais importante, que o capital internacional encontra para deflacionar a renda dos trabalhadores (Patnaik; Patnaik, 2020). Ainda, segundo os pesquisadores:

A “globalização”, portanto, acelera acentuadamente o processo de separação dos pequenos produtores de seus meios de produção. Ao mesmo tempo, também aumenta o tamanho do exército industrial de reserva global e ajuda a garantir que ele não se esgote (Patnaik; Patnaik, 2020, p. 27).

Paralela à ampliação da importância chinesa nas economias periféricas, observa-se uma reorientação da diplomacia norte-americana. Tanto Fiori (2020) quanto Boron (2020) chamam a atenção para a importância da nova estratégia de segurança nacional dos EUA. Apresentada em 17 de dezembro de 2017, ela aponta o abandono, por parte dos EUA, de seu ideário liberal cosmopolita, por meio qual se colocavam na condição de guardiões de princípios invioláveis como a democracia, a liberdade e o primado do mercado. As políticas protecionistas praticadas pelo governo Trump, bem como a postura de seu governo diante dos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, inaugurou uma nova etapa das relações internacionais entre os EUA e o restante do mundo.

Na direção contrária, a China amplia suas redes de comércio, estreitando vínculos com países das mais diversas regiões do globo. É incontestável o fato de que antigos parceiros dos Estados Unidos passaram, nas últimas quatro décadas, a ter a China como principal origem de suas importações e/ou destino de suas exportações. O mapa abaixo

ilustra claramente esse processo. Destaque-se, uma vez mais, a relevância dos países periféricos e semiperiféricos para as estratégias comerciais encetadas pela China e mesmo a importância representada por países que historicamente possuem vínculos bastante estreitos com os Estados Unidos, como o Japão e a Austrália. Nota-se, ainda, que atualmente a China é o principal parceiro comercial de alguns países europeus, ocupando o lugar outrora ocupado pelos Estados Unidos, são eles: Portugal, Espanha, Suécia, Dinamarca, Alemanha e Bélgica, numa demonstração incontestável de que, com a ascensão da economia chinesa a partir do final da década de 1970, os arranjos comerciais, a nível global, sofreram substancial alteração.



Nos anos recentes, a China mobilizou esforços para a criação de vários órgãos e a assinatura de inúmeros acordos, visando o estabelecimento de relações multilaterais envolvendo questões fundamentais como o financiamento de grandes obras. Em 2014 foi criado o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), o qual possui atualmente 82 países membros. Esse banco detém um capital de aproximadamente US\$ 100 bilhões. Em 2014 também foi criado o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), sendo que o capital inicial aportado foi da ordem de US\$ 50 bilhões. O banco constitui uma aliança entre os países membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), sendo que a sua criação visou, dentre outros aspectos, o financiamento de projetos em países em desenvolvimento, tornando-se uma alternativa ao Banco Mundial e ao FMI.

Segundo Jabbour e Dantas (2021, p. 63): “Dialeticamente a China assume uma posição na arena internacional em que seu desenvolvimento econômico se desdobra para

muito além de suas fronteiras”. Numa perspectiva aparentemente otimista, os autores argumentam que estaria em vias de constituição uma geopolítica popular, de libertação nacional e, portanto, de cariz anticolonialista. Na literatura específica não parece haver consenso sobre esta perspectiva, especialmente quando se considera a questão ambiental e a posição da China de compradora de recursos naturais provenientes da América Latina, África, Leste Europeu e Sudeste asiático (Boron, 2020; Souza, 2021). Nesse sentido, o padrão de acumulação vigente nas economias periféricas salvaguardaria, ao menos em parte, a geopolítica chinesa. É preciso, contudo, fugir das armadilhas do maniqueísmo.

O reconhecimento de que a ascensão da China tem resultado no recrudescimento de trocas desiguais e de que estas estão baseadas na espoliação de recursos naturais em economias periféricas não implica na admissão de que a hegemonia norte-americana simboliza a liberdade e a democracia ocidentais. Algumas interpretações podem induzir a faltas compreensões, a exemplo da armadilha de Tucídides que o pesquisador Graham Allison (2020), conselheiro no Departamento de Defesa durante os governos de Reagan, Clinton e Obama, utiliza para considerar um possível conflito entre os Estados Unidos e a China. Allison toma ambos os países como materializações de duas concepções distintas de mundo: democracia x autoritarismo.

Com base nessa falsa dicotomia, ele afirma seu otimismo em relação à “democracia americana” e registra uma dura crítica ao maoísmo ao afirmar que 23 milhões de chineses fugiram do regime de Mao Tsé Tung e constituíram uma bem-sucedida democracia em Taiwan, deixando de reconhecer os êxitos do modelo econômico e a libertação da China da histórica opressão sobre ela impingida por parte de nações mais ricas, mormente a Inglaterra, ao longo do século XIX. Allison não despreza, contudo, o vultoso crescimento econômico chinês nas décadas recentes, afirmando que 40% de todo o crescimento econômico do mundo desde 2007 foi resultante de um único país, a China. De igual maneira, ao tratar de um possível conflito nuclear envolvendo EUA e China, ele reconhece a interdependência entre os dois países, apontando que o custo de um conflito dessa natureza seria tão alto que reduziria a possibilidade de uma guerra.

Outros autores, como Manzi (2018) e Hendler (2021) reconhecem que a ascensão chinesa tem promovido um rearranjo na ordem mundial, sendo que o primeiro autor trata de um processo de transição uni-multipolar do sistema internacional enquanto o segundo interpreta que tal ascensão marca a transição de um mundo unipolar dos anos 90 para um mundo configurado pela bipolaridade sino-americana, a qual vem se projetando principalmente a partir de 2010. Hendler (2021) faz esta afirmação após a avaliação e diagnóstico da economia chinesa numa perspectiva sistêmica em que ressalta a exportação

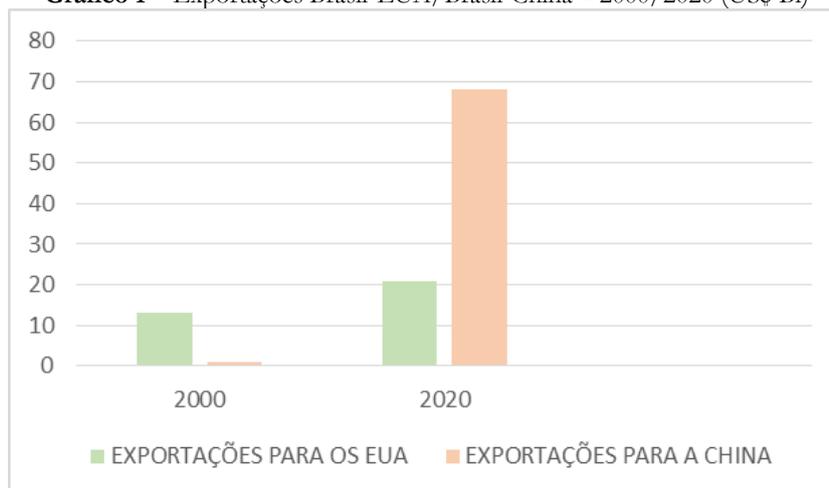
de capitais, a expansão global de suas empresas, bem como a expressiva expansão de sua economia doméstica nas décadas recentes. Observa, contudo, a anódina importância global da moeda chinesa quando comparada a outras moedas, principalmente o dólar.

Nos gráficos a seguir, é possível observar o vertiginoso crescimento do comércio praticado entre o Brasil e a China quando se compara o total de importações e de exportações tomando como referência os anos de 2000 e 2020. Em 2020 as exportações de produtos brasileiros tendo a China como destino totalizaram quase 68 bilhões de dólares. Em 2000, as cifras eram pouco mais de um bilhão. Quando se considera o comércio praticado entre o Brasil e os Estados Unidos, observa-se um crescimento bem menor das exportações, cujo montante em 2020 foi em torno de 21 bilhões de dólares. Em 2000 esse valor era de 13 bilhões de dólares (COMEX, 2021).

No tocante às importações brasileiras de produtos de origem chinesa, nota-se um crescimento considerável para o período em análise. Em 2000, o Brasil importou pouco mais de 1 bilhão de dólares daquele país. Em 2020, as importações brasileiras de produtos chineses totalizaram aproximadamente 35 bilhões de dólares. O crescimento da importação de produtos norte-americanos para o mesmo intervalo foi bem menor. De aproximadamente 13 bilhões de dólares em 2000, o Brasil passou a importar aproximadamente 28 bilhões de dólares em produtos de origem norte-americana em 2020 (COMEX, 2021). É incontestável a importância que a economia chinesa tem ocupado para a economia global e especialmente para os países pobres ou em vias de desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

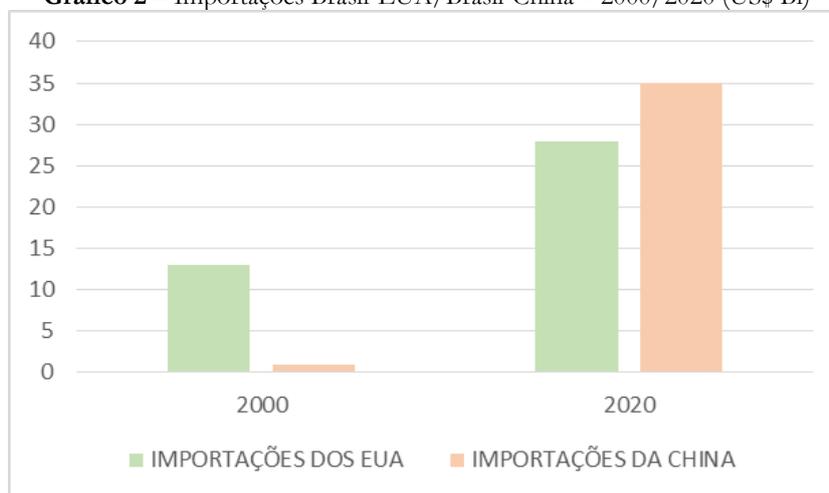
Há que se considerar, ainda, os tipos de produtos que estão sendo comercializados. Em 2000, a soja representou 28,7% do total das exportações brasileiras para a China. Em 2018 esse percentual foi de 42% (OEC, 2021). Quando se leva em conta a cesta de produtos exportados pela China, em 2019, tendo como destino o mercado brasileiro, nota-se uma gama bastante diversificada, constituída por produtos com alta incorporação tecnológica, tais como: telefones, dispositivos semicondutores, compostos de nitrogênio, pesticidas, navios, peças de veículos, tecidos de filamento sintético, LCD's, equipamentos de transmissão, circuitos integrados, partes de máquinas, bombas de ar, computadores, motores elétricos, baterias elétricas, placas de circuito impresso, válvulas, rolamentos de esferas, transformadores elétricos, aquecedores elétricos, aparelhos de ar condicionado, microfones e fones de ouvido, dentre outros (OEC, 2021).

Gráfico 1 – Exportações Brasil-EUA/Brasil-China – 2000/2020 (US\$ Bi)



Fonte: Comex Stat, Min. da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, 2021.

Gráfico 2 – Importações Brasil-EUA/Brasil-China – 2000/2020 (US\$ Bi)



Fonte: Comex Stat, Min. da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, 2021.

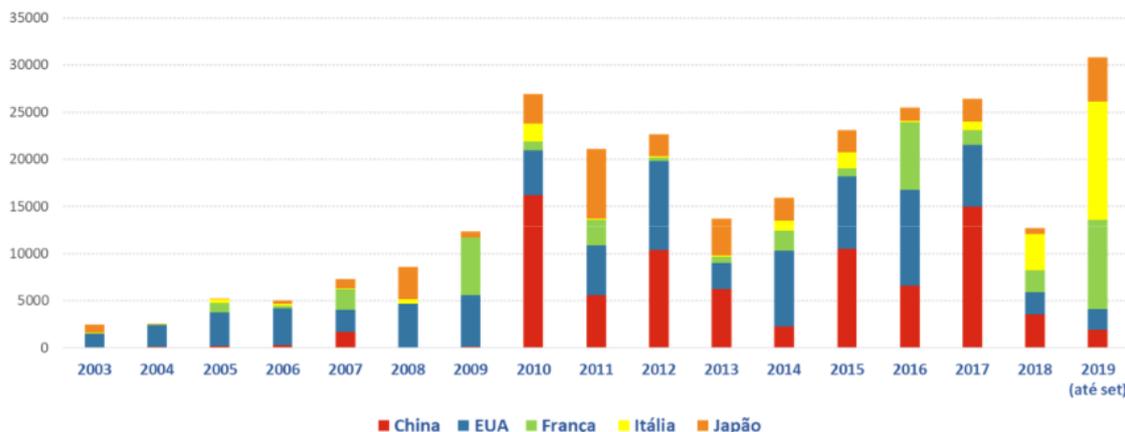
Considerando os investimentos e contratos chineses no Brasil, em 2019, eles foram setorialmente distribuídos da seguinte forma: energia (US\$3,7 bilhões); transporte (US\$ 680 milhões) e metais (US\$ 220) (AEI, 2021). Até 2010 o fluxo de investimentos chineses no Brasil destinava-se predominantemente ao setor de *commodities*, como minério, soja e petróleo. Entre 2010 e 2014, o setor predominante dos investimentos chineses foi o de serviços, o que se atribui em grande parte aos investimentos realizados por bancos chineses. Após 2014 nota-se que os setores de energia e infraestrutura assumiram as principais posições dos investimentos chineses no Brasil, o que não implicou na perda de importância de outros setores como o agronegócio e a produção de *commodities* em geral. (CEBC, 2018). O fragmento abaixo não deixa margem para dúvidas acerca das iniciativas econômicas que tem representado força de atração para os investimentos estrangeiros no Brasil durante o período recente.

O IDE para o Brasil aumentou em 8%, para 62,7 mil milhões de dólares. O Brasil é a maior economia da região, atraindo mais de 40 por cento do total dos fluxos para a América Latina. Nove das 10 maiores aquisições por empresas estrangeiras na região foram no Brasil; sete envolveram compradores chineses. As aquisições envolveram empresas de eletricidade, petróleo, infraestruturas (transporte de gás) e agronegócios. Por exemplo, a empresa estatal chinesa MNE State Grid comprou, em três negócios distintos, uma participação maioritária na CPFL Energia SA, uma distribuidora de energia eléctrica sediada em São Paulo, por um valor estimado de 4,4 mil milhões de dólares. Estes negócios estão subjacentes a um boom no IDE para o sector energético, que mais do que triplicou para 12,6 mil milhões de dólares. As entradas para as indústrias de transporte e armazenamento quadruplicaram para 6,6 mil milhões de dólares. No sector industrial, os fluxos para as indústrias químicas e alimentares duplicaram, atingindo 3,2 mil milhões e 2,6 mil milhões de dólares respectivamente, e o investimento em metalurgia aumentou 45%, para 3,1 mil milhões de dólares⁵ (UNCTAD/ONU 2018, p. 2, *tradução nossa*).

A geopolítica chinesa em relação aos países periféricos e alguns semiperiféricos está orientada à obtenção de recursos imprescindíveis para seu projeto de crescimento econômico. Muitos dos investimentos chineses têm sido realizados por meio de empresas estatais ligadas à State Owned Assets Supervision and Administration Commission (SASAC), órgão ligado ao Conselho de Estado da China, e que funciona como acionista de aproximadamente duzentas grandes empresas estatais chinesas. É o caso da State Grid Corporation of China que, após negociações, passou a deter participação maioritária na Companhia Paulista de Força e Luz, a CPFL. Grosso modo, os investimentos diretos chineses no Brasil tiveram um expressivo crescimento após 2010, oscilando no intervalo entre 2010 e 2019, sendo que durante o ano de 2017 obteve um patamar bastante elevado. Quando se abordam os investimentos norte-americanos no Brasil, observa-se um movimento distinto. Nota-se a permanência de tais investimentos em patamares bastante semelhantes na última década, com significativa queda em 2018 e 2019 (Gráfico 3).

⁵ FDI to Brazil increased by 8 per cent to \$62.7 billion. Brazil is the largest economy in the region, attracting more than 40 per cent of total flows to Latin America. Nine of the 10 largest acquisitions by foreign companies in the region were in Brazil; seven involved Chinese buyers. Acquisitions involved electricity, oil, infrastructure (gas transmission) and agribusiness companies. For example, the Chinese State-owned MNE State Grid bought, in three separate deals, a majority stake in CPFL Energia SA, a São Paulo-based electric power distributor, for an estimated \$4.4 billion. These deals underlie a boom in FDI to the energy sector, which more than tripled to \$12.6 billion. Inflows to the transport and storage industries quadrupled to \$6.6 billion. In the manufacturing sector, flows to the chemical products and food industries doubled, reaching \$3.2 billion and \$2.6 billion respectively, and investment in metallurgy increased by 45 per cent to \$3.1 billion.

Gráfico 3 – IED no Brasil por país de origem (2003 até 3º trim. /2019) (US\$ milhões)



Fonte e elaboração: SE-CAMEX/Ministério da Economia.
Extraído de: Boletim de Investimentos Estrangeiros, CAMEX, 2021.

Outra distinção digna de nota é o fato de que os investimentos norte-americanos no Brasil estão concentrados no setor industrial, ao contrário dos investimentos chineses. O setor industrial representa 32% dos investimentos dos EUA no Brasil acumulados desde 2003 (CAMEX, 2019). Qual avaliação proceder a partir desse conjunto de informações? 1. É inquestionável a importância econômica da China em termos globais. 2. Com a ascensão chinesa está em curso um processo de reconfiguração da ordem internacional, ensejando um sistema multipolar com a vigência de duas grandes potências. 3. O estreitamento/aprofundamento dos vínculos entre a China e a periferia econômica do sistema mundial terá repercussões em um conjunto de países. Resta o difícil, porém necessário, trabalho de apreensão destas repercussões.

Provisoriamente verifica-se a conformação de um possível “Consenso de Pequim” em que as “ligações que são apresentadas como cooperação entre ‘países em desenvolvimento’ mas que, por detrás desta retórica, reproduzem padrões de subordinação e dependência característicos das relações entre centro e periferia”⁶. (Slipak, 2014, p. 113, *tradução nossa*). Embora se reconheça que o modelo chinês é fruto de uma formação econômico-social particular, o chamado “socialismo de mercado” (Jabbour, 2019), não se deve tomar o modelo como fundamento para o argumento de que as relações externas entre a China e os países periféricos será mais proveitosa ou menos deletéria quando se toma por base comparativa os anos de hegemonia norte-americana ou o predomínio do “Consenso de Washington”.

⁶ Do original “vínculos que se presentan como de cooperación entre ‘países en vías de desarrollo’ pero que, detrás de esa retórica, reproducen patrones de subordinación y dependencia característicos de relaciones entre centro y periferia.”

Conclusão

A ascensão econômica da China durante as últimas duas décadas, produto de um conjunto de reformas que vem sendo implementadas desde o final da década de 1970, têm repercutido em uma reconfiguração da ordem mundial. Tal ascensão tem sido acompanhada pelo paulatino arrefecimento da hegemonia norte-americana, conquistada após o fim de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991. A ascensão chinesa e o arrefecimento da hegemonia norte-americana indiscutivelmente repercutirão especialmente nos países periféricos e semiperiféricos do sistema mundo, como é o caso do Brasil. Nestes países, a alta dependência comercial da exportação de *commodities*, a abundância de recursos naturais, minerais e de força de trabalho barata, somadas a outras “vantagens” atende aos propósitos da acumulação de capital advindos das economias centrais.

Tal é o que se observa em relação à China. Houve, nas décadas recentes, expressivo aumento das exportações de minérios, soja, carnes, dentre outros produtos brasileiros para o mercado chinês. Acrescente-se a importância dos investimentos chineses no Brasil, notavelmente em setores fundamentais para a expansão de sua economia, como os setores de infraestrutura, energia, transportes, alimentos etc. A ascensão chinesa não significou, contudo, o fim de importância da economia norte-americana para a economia brasileira. Todavia, observa-se um grau de importância cada vez maior das relações sino-brasileiras para ambos os países, assim como as relações entre a China e a América Latina de modo geral.

Com base nas reflexões empreendidas e na análise de alguns dados, verifica-se assim a conformação de uma espécie de “Consenso de Pequim”, pautada em vínculos econômicos que visam o extrativismo de recursos naturais em solo brasileiro e latino-americano. Resta o esforço intelectual de apreender o sentido ocupado por estas transformações. Em que medida o recrudescimento do poder da China implicará em maior dependência e subordinação das economias periféricas em relação aos anos em que tais países estiveram subjugados ao Consenso de Washington? Em que medida a ascensão da China implicará em mais uma página do longo histórico de sujeição da América Latina ao domínio imperialista, agora um sino-imperialismo?

É sabido que com a ascensão da China um conjunto de países também tem alcançado expressivos níveis de crescimento, convertendo em “potências regionais”, como é o caso da Índia, mas também da retomada de importância da Rússia e mesmo da relevância do Brasil para a América do Sul e da África do Sul para o mercado africano. Reconhece-se, ainda, o esforço destes países em constituírem um novo arcabouço

institucional, com bancos de investimento e acordos comerciais que possam contemplar seus interesses. Todavia, diferentemente destes países, a China reúne atualmente condições para garantir poder econômico, financeiro, industrial e militar próprios das grandes potências. Ainda que suas políticas domésticas e suas estratégias de expansão sejam distintas daquelas de que os EUA lançaram mão, somente os eventos futuros poderão apontar se as estratégias chinesas colocarão os países periféricos em condições de maior fragilidade do que as que imperam atualmente.

Referências

ALLISON, Graham. **A caminho da guerra: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides?** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. **China Global Investment Tracker**. Disponível em: <<https://www.aei.org/>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BORON, Atílio. Notas sobre a atualidade do imperialismo e a nova estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos. In: LÓPEZ Emiliano. **As veias do Sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

BORON, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII – O tempo do mundo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. v. 3.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Investimentos chineses no Brasil 2018**. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2019/09/23/investimentos-chineses-no-brasil-2018-o-quadro-brasileiro-em-perspectiva-global/>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

CAMEX. **Boletim de Investimentos Estrangeiros – países selecionados**. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-de-investimentos-estrangeiros>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

COMEX STAT. **Estatísticas de Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

GUNDER FRANK, André. De quelles transitions et de quels modes de production s'agit-il dans le système mondial réel? Commentaire sur l'article de Wallerstein. **Sociologie et sociétés**, v. 22, n. 2, p. 207-219, 1990.

HENDLER, Bruno. Crise de hegemonia e rivalidade EUA-China. In: MUSSE, Ricardo. **China contemporânea: seis interpretações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Apontamentos sobre a geopolítica da China. In: MUSSE, Ricardo. **China contemporânea: seis interpretações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

JABBOUR, Elias. **China: socialismo e desenvolvimento – sete décadas depois**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2019.

KATZ, Cláudio. **A teoria da dependência cinquenta anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KONDRATIEFF, Nicolai. **The long waves in economic life**. Mansfield Centre, USA, 2014.

MANZI, Rafael Henrique Dias. **A ordem econômica internacional no pós-guerra fria: da transição uni-multipolar à acomodação institucional do resto e do G8 emergente**. 2018. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Disponível em: <<https://oec.world/en>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

PATNAIK, Utsa; PATNAIK, Prabhat. Imperialismo na era da globalização. In: LÓPEZ, Emiliano (Org.). **As veias do Sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 13-32.

SLIPAK, Ariel M. América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o “Consenso de Beijing”? **Nueva Sociedad**, n. 250, 2014.

SMITH, John. Exploração e superexploração na teoria do imperialismo. In: LÓPEZ, Emiliano (Org.). **As veias do Sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SOUZA, Luíz Henrique Videira de. Civilização ecológica ou colapso ambiental? In: MUSSE, Ricardo (Org.). **China contemporânea: seis interpretações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 163-191.

STIGLITZ, Joseph. **Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

UNCTAD/ONU. **World Investment Report 2018**. United Nations Publication. Genebra. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/wir2018_en.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Système mondial: contre système-monde: le dérapage conceptuel de Frank*. **Sociologie et sociétés**, v. 22, n. 2, p. 219-222, 1990.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Le système du monde du XV siècle a nos jours**. *Capitalisme et économie-monde 1450-1640*. Paris: Flammarion, 1984.

WORLD BANK. **The Global Economy**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>>. Acesso: 30 jun. 2021.

Como citar:

ABNT

XAVIER, G. L. Da hegemonia norte-americana à ascensão chinesa: a economia brasileira numa ordem global em transição. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 01, e19874, 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e19874>>. Acesso em: 24 mar. 2025.

APA

Xavier, G. L. Da hegemonia norte-americana à ascensão chinesa: a economia brasileira numa ordem global em transição. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 10, n. 01, e19874, 2024. Recuperado em 24 março, 2025, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e19874>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2025, Universidade Federal do Maranhão.

